

O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino / *The woman's labor as part of craft fishing: perceptions from women's viewpoint*

SIMONE SIMÕES FASSARELLA*

Resumo: A participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma significativa progressão, mas ainda traz desafios que precisam ser confrontados. No âmbito da pesca, o pouco reconhecimento da atividade produtiva das mulheres reflete-se na divisão social e sexual do trabalho nas esferas pública e privada, interferindo na valorização e visibilidade do trabalho feminino. Ao abordar a questão, este artigo baseado em um estudo realizado numa comunidade pesqueira do município de Rio Grande (RS) trata da trajetória de mulheres que atuam na pesca local com enfoque nas percepções e interações cotidianas estabelecidas no processo de trabalho sob a ótica do olhar feminino.

Palavras-chave: gênero, mulher, trabalho, pesca

Abstract: The participation of women in the labor market has made significant progress but also brings challenges to be faced. Concerning fishing, little recognition of the productive activity of women is reflected in social and sexual division of labor in public and private spheres interfering with the appreciation and visibility of women's work. This article was based in a study on a fishing community in the council of Rio Grande (located in the state of Rio Grande do Sul) and deals with the history of women who work in local fisheries focusing on perceptions and

* Assistente social pela Universidade Federal do Rio Grande, especialista em Serviço Social e Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação Ambiental. Atua em estudos e pesquisas com enfoque nas questões de gênero no âmbito das áreas da Educação e do Serviço Social. E-mail: ssfassarella@yahoo.com.br

everyday interactions in the process of working from women's viewpoint.

Keywords: gender, women, labor, fishing.

Introdução

Em suas análises sobre a trajetória do tema trabalho feminino, Bruschini (1994) aponta que os estudos sobre a temática realizados no Brasil, até a década de 1970, traziam um enfoque centrado na figura do trabalhador sem fazer referência ao sexo dos atores sociais representados na classe operária.

Ao tecerem suas análises sobre o trabalho, os estudiosos consideravam a força de trabalho como uma categoria assexuada inserida no sistema vigente como parte integrante do processo produtivo. A classe trabalhadora era também pensada como um aglomerado de operários com comportamentos e atitudes semelhantes, o que caracterizava sua homogeneidade.

A tendência em apresentar a classe operária como um grupo homogêneo em que elementos distintos seriam o fato de estarem empregados ou desempregados, o lugar que ocupavam no processo produtivo e a qualificação do operário, deixava de lado nas análises sociológicas variáveis como sexo, nacionalidade, idade, etc. (Hirata; Kergoat, 1994).

A visão fragmentada que se tinha da força de trabalho impedia um olhar mais criterioso sobre o conceito de classe operária por não conseguir captar o lugar da mulher na (re) produção social, o que favoreceu a invisibilidade do trabalho feminino, bem como, intensificou as desigualdades de gênero no âmbito das relações de trabalho.

O advento do feminismo como movimento social contribuiu largamente para a mudança dessa visão ao reinterpretar o conceito de classe social, enfocando as relações sociais de sexo

e a categoria gênero que surgia no cenário acadêmico, tendo a condição feminina como objeto de estudo.

Ao adentrarem a academia brasileira, os estudos sobre o feminino fortaleceram as discussões sobre a situação da mulher havendo um significativo impulso a produção científica, a qual ganhou mais força a partir do ano de 1975, conhecido como o Ano Internacional da Mulher.

Bruschini (1994, p. 18) aponta ainda que a temática trabalho feminino teve grande aceitação no meio acadêmico uma vez que a categoria trabalho se constitua num problema teórico bastante difundido e investigado dentro das ciências sociais; além disso, o movimento feminino via o trabalho remunerado como “estratégia possível de emancipação da dona-de-casa de seu papel subjugado na família”.

O papel do movimento feminista no ambiente sociopolítico de 1970 foi de fundamental relevância para a difusão dessa nova visão sobre a classe trabalhadora, em especial a noção de trabalho. Apesar das diversas barreiras, o movimento feminista teve um papel importante na difusão da ideologia feminina, pois ocupou uma posição de destaque no caminho percorrido pelos estudos de gênero no país e deixou como legado a inserção da mulher no mercado de trabalho como algo possível e que vem se intensificando cada vez mais de formas diversificadas.

Segundo Bruschini e Lombardi (2001/02), a progressão da integração da mulher no mercado de trabalho mereceu grande destaque. Em 1976, existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no país; já na década de 90, esse contingente passou de 22,9 milhões para 31,3 milhões no ano de 98; a taxa de atividade feminina em 98 chegou a mais de 47%, ou seja, para cada 100 mulheres em idade de trabalho, 47,6 % já trabalhavam ou procuravam algum tipo de trabalho.

Bruschini (1994) aponta em seus estudos sobre o trabalho da mulher algumas razões para o acentuado ingresso da mulher

no mercado de trabalho: a) a necessidade econômica intensificada pela deteriorização dos salários e que obrigou a mulher das classes baixas e médias a buscar uma forma de contribuição para a renda familiar; b) a elevação das expectativas de consumo ante a oferta de novos produtos ocorrida tanto pelas famílias de baixa renda quanto pelas camadas médias; c) a expansão da economia; d) a crescente urbanização; e, a aceleração do processo de industrialização, que favoreceu a inserção de novos trabalhadores no mercado inclusive os do sexo feminino e que repercutiu sobre o nível e a composição interna da força de trabalho.

As mudanças dos padrões de comportamento e dos valores relativos ao papel social da mulher, intensificado pelo impacto dos movimentos feministas e pela participação da mulher no espaço fora do lar também favoreceram a inserção feminina no trabalho público:

(...) as trabalhadoras que até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir de 80 (...) sugerindo que a maternidade e as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70 (Bruschini; Lombardi, 2002).

Essas transformações, ocorridas na família brasileira ao longo dos anos 70, refletiram principalmente na mudança da condição da mulher e nas relações sociais de sexo, contribuindo para que a mulher das camadas mais baixas e médias da sociedade se incorporasse ao espaço público.

Ao tratarmos da situação da mulher na pesca artesanal, pesquisas como as de Maldonado (1986), Woortmann (1992), Maneschy (1995) e Lima (2003) apontam que a atividade de pequena escala, a chamada pesca artesanal, caracteriza-se por uma visível divisão sexual e social do trabalho. Esses estudos mostram que, na maioria dos grupos pesqueiros, os marcos da divisão do

trabalho são visivelmente fortes: os homens praticam a pesca de alto mar enquanto as mulheres se ocupam de tarefas em terra.

Não é raro – e no Brasil ocorre com freqüência considerável – que os membros de famílias que não fazem parte das tripulações, que são em geral mulheres e crianças, desempenhem tarefas consideradas de terra. Algumas dessas tarefas, no entanto, ocorrem no mar raso, diferentes tanto na sua natureza como no valor da produção pesqueira propriamente dita, que se dá no mar alto e cujas tarefas são especificamente dos homens. (Maldonado, 1986, p.19).

Segundo o relatório intitulado “A mulher na pesca do Paraná”, produzido a partir do I Encontro de Trabalhadoras da Pesca e Agricultura do Paraná (2004), realizado em comunidades pesqueiras, a divisão de trabalho na pesca traz em seu bojo um *status* diferenciado em relação ao valor do trabalho de homens e mulheres na pesca.

Lima (2003) e Maneschy (1995), ao realizarem estudos na região paraense, relatam que nas comunidades pesqueiras, como também nas agropecuárias, são destinadas à mulher as funções de reprodução de sua família, que são garantidas através de sua produtividade, exercendo atividades na pesca que vai da captura e/ou coleta ao beneficiamento de pescado, além de trabalhos manuais, como o de tecer e “arremendar” redes.

As pesquisas sobre o tema destacam uma outra situação que também ocorre fora do âmbito da pesca: a conciliação de tarefas domésticas e atividades profissionais. Além do trabalho profissional, a mulher se divide no dia-a-dia entre atividades de casa, de cuidado dos filhos, quintal e animais, tarefas que merecem destaque pelo grau de importância que têm para a sustentabilidade do grupo familiar e que, invisíveis, são tidas como trabalho destituído de valor produtivo. Constata-se que, sob esse aspecto, dois grandes problemas afetam a condição feminina.

O primeiro diz respeito à divisão sexual na pesca e no domicílio familiar. O fato de não atuarem na pesca no mar faz com que as mulheres se ocupem do lar e de todas as suas demandas. Aí está a importância oculta do trabalho da mulher, que, assimilado como uma ajuda, permite aos pescadores maior capacidade para suportar o desgaste físico-emocional ocasionados pelos riscos e instabilidades que caracterizam a atividade profissional uma vez que a preocupação deles restringe-se à pesca (Maldonado, 1986).

O segundo ponto que merece destaque diz respeito ao valor social do trabalho feminino. Apesar do empenho das mulheres em casa ou no trabalho profissional, por que ele é ainda tão desvalorizado? Por que o ato da pesca possui valor social diferente do ato da coleta de mariscos e peixes, do “descasco” do camarão ou do “desfio” do siri?

É importante destacar que a reprodução da desvalorização do trabalho da mulher aparece muitas vezes em estudos e dados oficiais que não contabilizam e não consideram o trabalho doméstico como atividade de produção. E quando a profissão é exercida na própria residência é tida como um “bico” – como é o caso das salgadeiras, costureiras, artesãs, faxineiras e etc. Para Bruschini (2002, p. 7):

Uma das maiores dificuldades ainda parece ser a persistência de preconceitos em relação aos papéis sociais das mulheres, o que provoca vieses na coleta e no processamento dos dados. Estes preconceitos podem estar presentes tanto na formulação das perguntas, quanto na cabeça do respondente – como é o caso de donas-de-casa que afirmam não trabalhar mesmo quando exercem, no domicílio, uma atividade remunerada – como ainda na aplicação do questionário pelo recenseador que, de antemão, apressadamente, tende a classificar a respondente como dona-de-casa, antes que ela tenha tempo de declarar sua real condição.

Esta situação ocorreu no início da pesquisa com duas das participantes que se identificaram como donas-de-casa quando

perguntadas sobre sua profissão e apenas a terceira disse ser trabalhadora do setor pesqueiro.

Diante da situação que se encontra a mulher no mundo do trabalho, a mobilização de pesquisadores, instituições e organismos sociais voltados às questões de gênero vêm intensificando as discussões dos atores sociais sobre a condição natural da mulher.

No âmbito da pesca, houve eventos importantes, como I Encontro Nacional de Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura ocorrido em Brasília no ano de 2004, cujo objetivo foi o de propor políticas setoriais para a superação das desigualdades sociais, políticas e de gênero das mulheres trabalhadoras nesse setor.

Ainda sobre a mobilização social, na América Latina as trabalhadoras da pesca vêm reivindicando maior reconhecimento profissional da categoria e ampliação de direitos previdenciários. Publicações como o boletim trimestral *La Red*, produzido pela Red de Mujeres para el Desarrollo, que atua em toda a América Latina e está sediada na Costa Rica, e o *Comunidad Pesquera*, do Centro en Defensa del la Pesca Nacional (CeDePesca) da Argentina, trazem discussões sobre o setor pesqueiro sem deixar de enfocar o trabalho das pescadoras.

No Estado do Rio Grande do Sul foi possível identificar a pesquisa de Brumer (2004) que trata da situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. O jornal *Diário Popular*, de Pelotas (RS), do dia 10 de julho de 2005, trouxe como manchete uma matéria intitulada “Elas comandam a pesca”, sobre a abertura da Primeira Colônia Feminina de Pescadores do Estado, a chamada Colônia Z-25.que abrange a região de Jaguarão (RS). A reportagem descreve um pouco da trajetória de vidas de pescadoras de Jaguarão e informa que a colônia, criada em março de 2005, é dirigida exclusivamente por mulheres sem exclusão da presença masculina entre os associados.

Segundo informações de técnicos do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), existiam cadastrados pelo menos nove empreendimentos populares solidários na cidade do Rio Grande acompanhados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop) formados apenas por mulheres, sendo que cinco deles estão diretamente relacionados ao setor da pesca. Nos outros quatro grupos, mesmo não atuando diretamente na pesca, as mulheres de diversas vilas pesqueiras se associaram a grupos de trabalho e realizam atividades ligadas ao artesanato com conchas ou escamas de peixes, culinária, reciclagem de resíduos sólidos e artesanato do tipo crochê e tricô.

Com o objetivo de conhecer a trajetória das trabalhadoras da pesca da Vila São Miguel, o estudo, a partir das três narrativas, resgata parte da história de vida dessas profissionais que sobrevivem da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos, como fonte de geração de trabalho e renda. Este estudo, ao privilegiar a voz das mulheres que atuam no setor da pesca pretendeu apontar também como está a situação da mulher nesse espaço de trabalho.

Metodologia

Este estudo de caráter qualitativo está baseado no método da história de vida, cuja relevância está em compreender a vida a partir do olhar do sujeito, respeitando suas opiniões, sentimentos (não) verbalizados e fazendo com que o sujeito relate sua trajetória de vida e reflita sobre ela no processo de contar a sua história.

A comunidade pesqueira onde residem as participantes da pesquisa, Vila São Miguel, localiza-se no município de Rio Grande, situado na desembocadura da Lagoa dos Patos, numa região de interação entre os ecossistemas oceânico atlântico, lacustre e estuarino-lagunar, chamado de Estuário da Laguna dos Patos. Estas características fazem do município objeto de estudos voltados

à atividade de pesca como mostram as pesquisas de Marques (1980), Villwock (1997), Lijla (1999), dentre outros. O Estuário estende-se por uma área que compreende os municípios de São José do Norte, Pelotas e Rio Grande e abrange a zona entre a Barra de Rio Grande e as proximidades de uma linha imaginária distante 70 km ao norte, que liga a Feitoria à ponta dos Lençóis (Altmayer, 1999).

Segundo levantamento de dados sobre as comunidades de pesca no Estado do Rio Grande do Sul, ocorrido entre janeiro e julho de 2001, foram identificadas 7 macro-regiões de pesca artesanal no Estado, como apontam Garcez, e Sanchez-Botero (2005). Na região estuarina da Lagoa dos Patos encontra-se a maior concentração de famílias de pescadores artesanais do litoral sul do Rio Grande do Sul.

Com base nesse levantamento, constatou-se a existência de 16 colônias, cinco sindicatos de pescadores artesanais, sete associações de pesca e outras três em fase de organização. Foi estimada ainda a existência de 12.201 pescadores artesanais, que atuam e sobrevivem da pesca, sendo 8.841 legalmente documentados e 3.360 não legalizados pelos órgãos competentes. De acordo com o Relatório do Ibama de 2006, na região do estuário existem aproximadamente cinco mil pescadores artesanais licenciados. Desses, 878 são de Pelotas, 2.053 de Rio Grande e 2.155 de São José do Norte.

A comunidade da Vila São Miguel, local onde se realizou o estudo, situa-se na cidade de Rio Grande, especificamente na região estuarina e faz parte da Colônia Z1 compreendendo uma região conhecida como Prado, juntamente com outras duas comunidades: Jóquei Club e Bosque. Na comunidade existe uma única associação de pesca (Apesmi) e alguns galpões de pesca, que empregam mulheres da vila no processamento de pescado. Segundo dados do Ibama (2006), existem cerca de 438 famílias de pescadores artesanais na comunidade pesquisada.

O trabalho de investigação teve início com visitas freqüentes da pesquisadora à Vila São Miguel, entre agosto de 2005 e março de 2006, para observar o cotidiano da comunidade e, em especial, o das mulheres que trabalhavam em galpões de pesca ou no quintal de suas casas. Durante as conversas, foi apresentada a proposta de pesquisa e identificadas aquelas que gostariam de contribuir como participantes do estudo.

A partir da manifestação das mulheres interessadas, a escolha pelas participantes ainda contou com os seguintes critérios: ser trabalhadora no setor da pesca, ter um envolvimento com a atividade desde a infância ou adolescência ou, ainda, há mais de 15 anos, ser residente na comunidade pesquisada e ser membro de uma família de pescador. Foram entrevistadas 3 trabalhadoras de pesca, identificadas neste estudo como sendo M1, M2 e M3.

O número de participantes foi definido em função da quantidade de informações que seriam geradas, considerando-se o tempo para analisá-las e, também, a escolha da metodologia que seria utilizada na pesquisa. Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios, mas as histórias são reais e fazem parte do cotidiano que se passa na comunidade pesquisada.

Utilizou-se neste estudo as entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas pela pesquisadora durante os meses de abril e maio de 2006 na residência das participantes da pesquisa; tiveram como fio condutor a trajetória de vida das trabalhadoras, tendo por base um roteiro de questões que envolveu temas referentes ao seu envolvimento com a pesca artesanal, à rotina de vida e à percepção sobre a valorização do trabalho feminino. Foram utilizados ainda outros procedimentos para a coleta de dados, tais como: conversas informais, visitas, observações livres e caderno de registro.

As participantes foram previamente informadas sobre o tema do estudo, estando conscientes da concessão dos relatos para divulgação científica, tendo assinado posteriormente o Termo

de Consentimento, uma vez que o estudo serviria de base para a elaboração da dissertação intitulada “A vez e a voz de mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila São Miguel (RS): trajetórias e perspectivas” defendida em maio de 2007 no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Em complementação aos dados, foram realizadas visitas à Secretaria Municipal da Pesca (SMP), Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca (Seap) e Ibama e entrevistas com técnicos que atuam diretamente na rede de apoio social, que constitui a pesca em Rio Grande, como forma de obter maiores informações e esclarecimentos sobre a pesca artesanal no Estado.

As entrevistas foram gravadas em fita cassete e transcritas de forma literal para garantir a autenticidade e veracidade das informações que posteriormente seriam estudadas.

Para a análise dos dados coletados na pesquisa utilizou-se o método de análise textual dentro da perspectiva apresentada por Moraes (2005). Entendida como um processo que integra três etapas (desconstrução, reconstrução e comunicação), a análise textual exige uma leitura intensa e rigorosa sobre os textos do *corpus* e possibilita o compromisso com a qualidade da descrição, interpretação e compreensão dos fenômenos e discursos e, consequentemente, a qualidade da própria análise.

Resultados

Relatos de vida

A entrevistada M1 tem 49 anos de idade e trabalha há 30 no beneficiamento de siri e camarão no quintal de sua casa. É natural de Rio Grande (RS) e veio morar na Vila São Miguel com 19 anos, quando se casou com um pescador. Tem apenas um filho já adulto.

Seu envolvimento com a pesca surgiu em virtude do casamento e aprendeu o ofício com as vizinhas, suas cunhadas.

Nunca freqüentou os bancos da escola, devido a um problema de visão que possui desde pequena. De família humilde, M1 sempre trabalhou para ajudar os pais, em pequenos estabelecimentos comerciais. Vive numa casa de alvenaria e divide o terreno com mais três famílias de pescadores, todas compostas por mulheres que também atuam no processamento de pescado.

Dentre as entrevistadas, a única que disse não ter envolvimento com a atividade desde a infância, mas sim por influência do marido, foi M1. A trajetória de M1 está marcada pela dedicação à família e pelo trabalho na pesca. Sente-se feliz com a vida simples que leva, diz ela: “A gente tem casa, comida, trabalho. Tem gente que num tem onde morar, nem o que comer”.

A entrevistada M2 tem 30 anos de idade. Casada com pescador e com três filhos em idade escolar, é natural de Rio Grande e reside na vila desde a infância. Cursou até a 3^a série do ensino fundamental e parou os estudos para ajudar a mãe em seu trabalho na pesca como desfiadeira de siri.

Ao falar sobre si e sobre seu trabalho na pesca, ela diz que a vida sempre foi difícil pois em sua história de vida sempre teve de ajudar a mãe nos galpões de pesca para no sustento da casa dos pais. Nunca teve muito tempo para o lazer, pois o trabalho sempre ocupou a sua vida. Casou-se cedo, com 14 anos, e logo os afazeres domésticos também passaram a fazer parte de seu dia-a-dia. Não se arrepende de nada disso, pelo contrário, ela aprendeu um trabalho com o qual tira uns “trocadinhos”.

A entrevistada M3 tem 26 anos de idade, é casada e tem apenas um filho de menor idade. Os pais sempre atuaram na pesca: o pai é pescador e a mãe processava siri e camarão. É natural de Rio Grande e passou grande parte de sua vida na Ilha de Torotama (Distrito de Rio Grande-RS) de onde é procedente. Veio morar na

vila há uns três anos por motivo da escassez de recursos naturais na Ilha. Seu envolvimento na pesca começou aos sete anos de idade, período em que ajudava os pais na limpeza e processamento de siri e camarão.

Parou os estudos na infância por causa do trabalho na pesca e retornou à escola conseguindo concluir o Ensino Fundamental em 2005. Está tentando continuar os estudos e fazer uma faculdade, mas encontra dificuldades devido à rotina de trabalho na pesca e em casa. Relatou que gosta do que faz, apesar das dificuldades que encontra nesse tipo de trabalho. Além de trabalhar no beneficiamento, já se envolveu em outros setores da pesca no período em que morou na ilha, como comissões de pesca, onde participou de discussões sobre financiamento, construção de galpão coletivo, seguro-defeso, dentre outros assuntos.

Os relatos apresentados nas três histórias apontaram que o processo de tornar-se trabalhadora da pesca teve influência nas experiências vividas anteriormente. A escolha pelo trabalho foi motivada pela necessidade de auxiliar pais e maridos que já tinham um envolvimento com a atividade da pesca artesanal.

O envolvimento dos membros da família na atividade de geração de renda encontra-se caracterizado dentro do regime de economia familiar e todos os familiares participam do trabalho, o que é comum na agricultura e na pesca.

Em estudos sobre a atuação das mulheres na pesca, Maneschy (1995) e Maldonado (1986) constataram que, na maior parte dos grupos pesqueiros, as atividades que envolvem a pesca fora do mar tendem a ter participação das mulheres e, em alguns casos, de crianças. “As necessidades de sobrevivência das famílias de pescadores, agora mais dependentes do mercado, continuam a exigir o trabalho das mulheres, assim como das crianças e dos idosos em condições de trabalhar” (Maneschy, 1995, p. 150).

É comum nas comunidades pesqueiras que os filhos/as de pescadores façam do ambiente da pesca sua atividade extra-escolar,

chegando, em muitos casos, à evasão escolar, o que aconteceu com duas das entrevistadas. Os filhos ficam à volta dos pais durante o período em que não estão na escola. Assim sendo, as meninas auxiliam a mãe no tratamento do pescado e nas tarefas de casa; os meninos quase sempre brincam no espaço externo da casa, na rua ou na beira d'água e, às vezes, acompanham o pai em uma de suas viagens ao mar.

As atribuições e a forma como os filhos se envolvem na atividade profissional dos pais acabam por dividir o trabalho por sexo desde cedo: o pescador e o filho se envolvem com as atividades de fora da casa e as pescadoras e filhas “assumem” as tarefas do lar. As crianças crescem em um ambiente onde reconhecem a pesca como uma atividade masculina .

O cotidiano das trabalhadoras

O cotidiano das trabalhadoras entrevistadas é marcado por diversas atividades que incluem tarefas domésticas e atividades da profissão. Logo cedo, às seis horas da manhã, após a chegada dos barcos de pesca, as trabalhadoras já iniciam sua atividade separando os siris e camarões das caixas de pescado. Só param o trabalho para fazerem o almoço, lá pelas dez horas da manhã. À tarde cuidam da casa, dos filhos, do pagamento de contas. Ao entardecer, por volta das 16 horas, as mulheres começam a organizar o material para os maridos levarem para o mar; remendam redes, separam roupas mais quentes para eles se aquecerem durante a noite e algum alimento para a refeição no mar. À noite, após a saída dos maridos, ainda colocam o jantar na mesa para os demais familiares e quando, é possível, assistem a algum noticiário ou telenovela.

Constatou-se uma rotina diária compreendida entre os afazeres domésticos e o trabalho na pesca. Estudos realizados por Maneschy (1995) e Lima (2003), em comunidades pesqueiras no litoral do Pará, revelam que nessas comunidade as mulheres cuidam dos filhos, da casa, do quintal, dos animais, dos alimentos e também exercem atividades na pesca que compreendem, em

geral, a captura no mar raso, o tratamento, o preparo de isca, tecelagem e reparo das redes de pesca e, em alguns casos, a venda do produto.

Quando perguntadas sobre qual é a maior dificuldade que encontram no cotidiano, as entrevistadas responderam que o mais difícil é conciliar as tarefas de casa com a atividade da pesca, pois o desgaste físico e emocional interfere em ambas as atividades.

Ab, com certeza é bem desgastante. Chega ao ponto de você parar uns dois ou três dias porque você não agüenta trabalhar direto. (M3)

É uma correria tremenda. Ab, descanso não tem nunca. Pra nós não tem sábado nem domingo, nem feriado porque é sempre uma correria igual. (M2)

A correria da gente é bem parecida. É tudo igual, a correria. (M1)

Quanto ao auxílio dos filhos e maridos nas atividades domésticas, as entrevistadas relataram que os filhos maiores ajudam nas tarefas de casa e a cuidar dos irmãos menores. Sobre os maridos, elas não cobram nenhum tipo de ajuda porque eles “já trabalham muito” no ambiente público e “precisam descansar quando estão em casa”. É o que mostra a seguinte fala:

O marido às vezes me ajuda, né? Não é sempre porque ele trabalha 10 horas por dia e aí fica difícil ele me ajudar sempre. (M3)

Strey (1997, p. 98) analisa que as tarefas domésticas são assumidas por mulheres e homens de forma diferenciada:

Às vezes, existe ajuda ou do marido ou de uma empregada. No entanto, no fundo e na base, a responsabilidade final é sentida como sua. O trabalho dos homens na esfera doméstica se estende como uma opção e ajuda para a mulher. Assim, a percepção do papel dos homens em relação ao trabalho doméstico corresponde de forma exatamente inversa ao que se atribui às mulheres em relação ao emprego. Para as mulheres ter um emprego se considera uma opção e não uma obrigação, enquanto que, para os homens, o opcional é contribuir para as tarefas domésticas.

As narrativas das trabalhadoras apontaram uma segregação do trabalho doméstico construída a partir de uma divisão sexual na distribuição de tarefas domésticas. A atitude de não compartilhar as tarefas do lar com o companheiro ainda é muito comum em nossa sociedade, salvo algumas exceções. Por isso, é comum que o homem perceba a casa como lugar de descanso e a mulher perceba a casa como lugar de muito trabalho.

Saffiotti (1987, p. 15) aponta a necessidade de partilhar a vida doméstica entre os membros da família para que todos possam vir a ter igualdade de oportunidades dentro ou fora do lar:

Não de trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro; trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família.

Essa análise da autora vem ao encontro da situação vivida pelas entrevistadas no que tange à naturalização dos papéis desempenhados pela mulher e pelo homem dentro e fora da esfera doméstica e a participação dos demais membros da família nas atividades do lar.

Percepções sobre a atividade dentro do processo de trabalho da pesca artesanal local

Em relação ao processo de trabalho, quando perguntadas sobre a percepção referente ao envolvimento da mulher nas atividades da pesca local, foi constatado que elas se envolvem em geral na pós-captura, especificamente no processamento do produto pescado (peixe, camarão ou siri); não chegam a realizar a pesca em raso e/ou alto mar, sendo essa uma atividade predominantemente dos pescadores. Por isso, o índice de mulheres atuando nos galpões de pesca é maior em relação aos pescadores da comunidade.

Na organização do ciclo da pesca, foi evidenciado que os marcos da divisão do trabalho são bastante fortes. Os homens pescam, comercializam o produto e participam direta ou indiretamente dos processos decisórios relacionados à pesca na localidade e na região, por meio da Associação de Pescadores da Colônia de Pescadores Z1 e do Fórum da Lagoa, que reúne as demais comunidades e agentes políticos do entorno do estuário. Enquanto isso, as mulheres atuam mais efetivamente na pós-captura, ficando alijadas das instâncias coletivas de participação, e a atividade de beneficiamento soma-se às tarefas domésticas.

A inserção dos pescadores nas diversas etapas do ciclo pesqueiro vem colocando o homem numa posição de destaque nessas comunidades, pois tal tratamento enfatiza a presença do pescador e apaga a figura da mulher trabalhadora (re)afirmando a invisibilidade de seu trabalho.

Em relação ao ato da pesca, percebe-se que está ainda restrito ao homem. Estudos realizados no Brasil, como o de Maldonado (1986), ao tratarem sobre a organização do trabalho na pesca apontam que há uma tradição que impede as mulheres de participar da pesca de alto mar, que há mitos sobre a sua presença nas embarcações e, até mesmo, o perigo do seu contato com os equipamentos manejados pelos homens e,

(...) em alguns grupos tal contato só é considerado perigoso e, consequentemente, proibido, em determinados momentos da vida feminina, como a menstruação ou o puerpério. Em outros grupos a mulher entra nos botes e nem deve, em qualquer hipótese, tocar nas redes, arpões, anzóis, espinhéis, etc; sob pena de atrair reveses e prejuízos à atividade masculina no mar. (Maldonado, 1986, p. 19).

Na comunidade pesquisada, as entrevistadas disseram que não vão para o mar porque já têm outras atividades para fazer em terra. Nenhuma das três mulheres se referiu a algum tipo de proibição quanto à sua presença no mar e não mostraram

interesse pela pesca no mar. Já em uma das visitas na vila, ouvi de um representante da Associação de Pesca que “o pescador tem um costume de achar que ele pesca e a mulher tem de ficar em casa trabalhando...”. A masculinização da pesca acaba passando por vezes despercebida pela acomodação ou tradição da própria população.

Sobre essa organização do trabalho pesqueiro na comunidade pesquisada, as entrevistadas disseram que “sempre foi assim”. Enquanto donas-de-casa, as entrevistadas se sentem valorizadas pelos companheiros porque, em meio a tantas tarefas, elas conseguem dar conta da casa e do trabalho na pesca que acaba sendo confundido com as tarefas domésticas. As mulheres administram a casa, o dinheiro gasto no supermercado, a vida escolar dos filhos, decidem o que e quando comprar. Esse reconhecimento, para elas, tem marcado positivamente a sua história mesmo em meio às dificuldades postas no cotidiano da vida familiar e comunitária.

A fala da entrevistada M2 mostra o quanto elas se sentem valorizadas pelos maridos:

(...) as mulher também faz muita coisa que os outros não vê, né? As mulher.... pouco falta a mulher botar a rede e sair a remar (risos) ... é o que falta. A mulher faz muita força, carrega camarão, faz muita coisa. Pra mim não é “poblema” porque a gente tá fazendo a parte da gente, ajudando... às vezes o marido não pode, tem que sair e a mulher tem de ficar ali naquela correria, vendendo camarão, vendendo siri, naquela correria toda. Não vejo isso como “poblema” não. (M2)

Embora as entrevistadas se sintam valorizadas pelos companheiros enquanto trabalhadora na esfera doméstica no o âmbito público ocorre o contrário. Enquanto trabalhadoras da pesca, as entrevistadas não se sentem valorizadas e apontaram a baixa remuneração como fator de desvalorização do trabalho. O valor pago pelo trabalho das mulheres é pouco em relação ao tempo gasto na atividade e para as entrevistadas essa é uma forma de desvalorizar a atividade realizada.

O trabalho, acho que não é valorizado... acho que eles exploraram muito as mulheres; é muita mão-de-obra e pagam tão pouco... não dão valor o trabalho que a gente tem né. Pelo preço do camarão e siri não dão valor... isso é um "problema". (M2)

O siri tá sempre com o mesmo preço. Anos e anos nunca muda sabe. Quando o preço tá em alta a gente se fui tirando o siri e daqui a dois, três dias eles abaixam o preço para R\$ 3,00, R\$ 4,00. Então não leva a gente pra cima, só leva a gente pra baixo. Então a gente fica desanimada. (M1)

Diversas pesquisas, como as de Bruschini (1994, 2001, 2002), vêm constatando que, embora tenha crescido o número de mulheres em postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, a baixa remuneração no trabalho feminino ainda persiste, fato evidenciado na fala das entrevistadas. A desigualdade salarial entre homens e mulheres não pode ser explicada tendo com parâmetros características como nível de escolaridade, horas de trabalho, tipo de ocupação ou vínculo empregatício. A baixa remuneração para as mulheres indica a existência de discriminação em função do gênero no mercado de trabalho (Bruschini; Lombardi, 2001).

Observa-se que a baixa remuneração pelo trabalho da mulher na pesca tem relação, dentre outros elementos que não serão abordados neste estudo, com o encargo doméstico que recebe a atividade de processamento e o lugar que essa atividade ocupa dentro do ciclo da pesca local – ambas as razões favorecem a desvalorização e invisibilidade de seu trabalho. O fato da mulher manusear e preparar o camarão, peixe ou siri dentro de casa não descaracteriza a atividade quando ela a faz para fins de comercialização. Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico, nem mesmo uma ajuda complementar a renda da família.

Bruschini (2002) em suas pesquisas resgata uma mudança que foi importante para a visibilidade do trabalho da mulher, tanto na esfera pública quanto privada. Segundo a autora, o

censo de 1970 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao tentar classificar a situação ocupacional da mulher trazia como 1^a alternativa de resposta a categoria “afazeres domésticos”, o que induzia muitas entrevistadas a se declararem inativas, sem trabalho, pois para a sociedade a mulher casada e/ou mãe tem a reprodução como função prioritária.

Nos levantamentos censitários, o conceito de atividade/inatividade econômica esteve atrelado ao espaço de exercício do trabalho público ou privado. A categoria inativos abrigava indivíduos que não trabalhavam (fora de casa) por motivos de já terem outra fonte de renda ou por serem considerados inaptos para o trabalho, como aposentados e pensionistas, pessoas portadoras de necessidade especiais, estudantes e donas-de-casa. Nesse caso, nem o trabalho doméstico e nem o trabalho extra-lar eram tido como uma atividade produtiva . No censo de 1970, a má formulação das respostas e até a abordagem do entrevistador favorecia a subclassificação da atividade feminina, exceto nos casos em que a mulher exercia uma atividade claramente (ou socialmente) identificada como profissão, como médica, advogada, entre outras. Somente no censo de 1980, a atividade feminina foi reconhecida, o que trouxe visibilidade ao trabalho doméstico e a atividade profissional exercido pelas donas-de-casa, como salgadeiras, costureiras, manicures, etc.

Bruschini (2002) aponta ainda que a partir de 1970, os censos e as pesquisas passaram a trabalhar com a hipótese de que homens e mulheres ocupavam espaços diferentes no mercado de trabalho, o que foi referendado pelos estudos de gênero, que apontaram a necessidade de se analisar a influência da família na determinação da inserção ou não da mulher no mercado de trabalho. Em 1990, as Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio (Pnad) incorporaram mais a fundo o conceito de trabalho, o que contribuiu para a legitimação da atividade feminina como trabalho produtivo, independentemente da (não) remuneração. O novo conceito caracterizou as condições de trabalho remunerado, sem

remuneração e a produção para o próprio consumo, favoreceu a mensuração das atividades desempenhadas pelas mulheres e incluiu atividades assistenciais e para o consumo familiar.

A reflexão sobre a segregação socioespacial no trabalho da pesca revela que a atividade de processamento desenvolvida pelas mulheres tem sido considerada como uma atividade complementar com baixa remuneração. O diferente grau de importância entre o trabalho de pescador e de quem atua no processamento de pescado, implica o tratamento e visibilidade que a sociedade e órgãos públicos e a própria comunidade dão à atividade feminina no contexto da pesca. Não se pode negar que, apesar de não ser uma profissão regulamentada, a atividade de processamento necessita ser considerada uma atividade produtiva que pode ser realizada, por vezes, em galpões de pesca ou no próprio domicílio, por isso necessita ser reconhecida como trabalho, pois dispõe de mão-de-obra, matéria-prima e tempo, assim como outras profissões, por exemplo, o ofício do pescador.

Conclusão

As trajetórias vivenciadas pelas trabalhadoras demonstraram que a presença da mulher na pesca ainda é marcada por diversas barreiras que impedem o reconhecimento de seu trabalho como uma atividade produtiva. A atividade de processamento tem sido considerada uma tarefa doméstica que serve de ajuda ao homem no aumento da renda familiar. As entrevistadas percebem uma desvalorização do trabalho no contexto da pesca local, apontando como principal motivação a baixa remuneração.

A intenção de realizar o estudo foi não apenas observar e registrar fatos, mas agir como co-autora de propostas que possam auxiliar no fomento de um empreendedorismo social e político das trabalhadoras; portanto, diante da situação encontrada propõe-se a realização das seguintes ações:

- promover um encontro com outras trabalhadoras da pesca para troca de experiências visando à sensibilização e mobilização da categoria a fim de pensar novas possibilidades que promovam a valorização do trabalho feminino na pesca artesanal;
- viabilizar a realização de oficinas temáticas enfocando questões como educação ambiental, mobilização e participação social, redes sociais, entre outras a serem sugeridas pelas trabalhadoras de forma a contribuir para o fomento da luta coletiva em prol do reconhecimento e valorização da atividade.

Referências

- ALTMAYER, F. de L. *Pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos – RS: uma análise de sua percepção e o meio natural como subsídio para um projeto de Educação Ambiental.* 1999. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 1999.
- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>.
- BRUSCHINI, C. *Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?* In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2., 1996, Águas de Lindóia. *Livro de resumos*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/mulher/resumos/ALAST96.RTE>> Acesso em: 23 set. 2005.
- _____. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, 1994.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no séc. XX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 157-196, 2001/02. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a07.pdf>>.

- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. *Mulher e Trabalho*, Fundação de Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre, v. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2002/artigo5.pdf>>.
- CARDOSO, E. S. *Pescadores artesanais*: natureza, território, movimento social. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), 2001.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. (Org.). *Gênero e meio ambiente*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco/Unicef, 2005.
- CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores: campões e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- FERNÁNDEZ, A. M. *La mujer de la ilusión*: pactos y contratos entre hombres y mujeres. Buenos Aires: PAIDOS, 1994.
- FLECK, A.; FALCKE, D.; HACKNER, I. Crescendo menino ou menina: a transmissão dos papéis de gênero na família. IN: WAGNER, Adriana (Coord.). *Como se perpetua a família?* A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GARCEZ, D. S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Atlântida*, v. 27, n. 1, p. 17-29, 2005.
- HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu, Campinas*, n.17/18, 2001/02
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1994..
- LILJA, L. *Pesca artesanal gaúcha*. 1999. Monografia de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande (RS), 1999.
- LIMA, J. L. *Pescadoras e donas-de-casa*: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira – o caso da Baía do Sol. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará (UFPA), 2003.

- MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, série Antropológica, v. 11, n. 2, 1995.
- MARQUES, L. A. B. *O pescador artesanal do Sul*. Rio de Janeiro: MEC, 1980.
- MINAYO, M. C. (org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAES, R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: GALIAZZI, M.; FREITAS, J. V. *Metodologias emergentes de pesquisa e educação ambiental*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA; BRUSCHINI. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- _____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- _____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio-ago. 2004.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990.
- STREY, M. N. (Org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- SZYMANSKY, H. A entrevista reflexiva. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 11/12, p. 193-215, 2001.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, p. 41-60, fev. 1992.

Submetido em 15 de setembro de 2008 e aceito em de novembro de 2008

ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES

A revista *SER Social* destina-se à publicação de trabalhos científicos sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, da Política Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição focaliza uma unidade temática, previamente definida pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo.

Os trabalhos submetidos à publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico, tanto do texto, quanto de figuras e tabelas.

Todos os direitos editoriais são reservados à revista *SER Social*. Nenhuma parte das publicações pode ser reproduzida, estocada por qualquer sistema ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou que venham a ser criados, sem prévia permissão por escrito da Comissão Editorial, ou sem constar o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Quando do encaminhamento do artigo, o/s autor/es deverá/ão assinar e enviar a Declaração de Responsabilidade e a Transferência de Direitos Autorais (ver modelos em <http://www.unb.br/ih/dss>).

Os trabalhos submetidos à publicação serão analisados por pares, membros do Conselho Editorial Científico, ou pareceristas *ad hoc*, os quais arbitrarão sobre a conveniência, ou não, de sua aceitação, e poderão sugerir ao/s autor/es reformulações, ou adaptações às normas editoriais. A decisão final sobre a publicação dos trabalhos recebidos será da Comissão Editorial, com base no programa editorial da revista. Durante a análise serão verificados rigor, clareza e precisão quanto à produção científica, à redação, ao conteúdo e à probidade ético-teórica. As eventuais

modificações de estrutura e conteúdo serão acordadas com o/s autor/es. Não serão admitidos acréscimos ou alterações ao texto, após sua avaliação e aceitação final. A Comissão Editorial assegura o anonimato para o/s autor/es no processo de avaliação, como também assegura aos avaliadores o sigilo de sua participação, permitindo liberdade para julgamentos e avaliações.

Todos os trabalhos resultantes de pesquisa, ou relato de experiência, que envolverem sujeitos humanos terão sua publicação condicionada ao cumprimento dos princípios éticos, que deverá ser claramente descrito no último parágrafo da seção Metodologia do artigo. Deverão indicar se os procedimentos respeitaram o constante na Declaração de Helsinki (1975, revisada em 1983). Os trabalhos de autores brasileiros deverão, ainda, indicar respeito às Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96 e n. 251, de 07/08/97, e apresentar o parecer do Comitê de Ética da instituição de origem do/s autor/es.

Excepcionalmente serão aceitos trabalhos já publicados (seja em versão impressa, seja virtual) desde que devidamente acompanhados da autorização escrita e assinada pelo autor e pelo Conselho Diretor do veículo no qual o trabalho tenha sido originalmente publicado.

A revista *SER Social* publica trabalhos nos idiomas Português, Espanhol, Inglês e Francês (estes dois últimos com versão simultânea em Português).

As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, assim como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do/s autor/es, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.

O encaminhamento de trabalhos à revista implicará aceitação, por parte do/s autor/es, das normas aqui expressas.

A revista *SER Social* não remunera o autor que tenha seu trabalho nela publicado, porém lhe enviará cinco exemplares da

edição com seu texto publicado e, no caso de co-autoria, seis exemplares.

Seções da publicação

Editorial: responsabilidade do(s) editor(es). Este texto deve ter, no máximo, 3.500 caracteres.

Debate: encomendado pelos editores, trata-se de artigo teórico pertinente ao tema central da revista, que receberá críticas/comentários assinados de até seis especialistas, também convidados, e terá uma réplica do autor principal. O artigo deve ter, no máximo, 40.000 caracteres; e os textos dos debatedores e a réplica, no máximo 10.000 caracteres cada um.

Artigos temáticos: revisão crítica ou resultado de pesquisas de natureza empírica ou conceitual, sobre o assunto em pauta no número temático. Os textos de pesquisa não deverão ultrapassar 40.000 caracteres; os de revisão, 50.000 caracteres.

Artigos de temas livres: não incluídos no conteúdo focal da revista, mas voltados para pesquisas, análises e avaliações de tendências teórico-metodológicas e conceituais da área ou das subáreas, com até 40.000 caracteres. Os números máximos de caracteres são os mesmos dos artigos temáticos.

Ensaios: apresentam matéria de caráter opinativo e/ou análise que possam contribuir para a reflexão e o aprofundamento de questões relacionadas ao tema desenvolvido na edição com, no máximo, 30.000 caracteres.

Resenhas: análise crítica de livro relacionado ao campo temático da revista, publicado nos últimos dois anos, com, no máximo, 10.000 caracteres. Os autores devem encaminhar à Secretaria da Revista uma reprodução de alta definição da capa do livro resenhado.

Entrevista: entrevistas com pesquisadores/as de referência no campo com, no máximo, 20.000 caracteres.

Nota prévia: notas com indicação de resultados parciais ou desenhos metodológicos de pesquisas empíricas com, no máximo, 7.000 caracteres.

Cartas: crítica a artigo publicado em número anterior da revista ou nota curta, descrevendo criticamente situações emergentes no campo temático (máximo de 5.000 caracteres).

Resumos de teses/dissertações: defendidas no Programa de Pós Graduação em Política Social da UnB, no período, contendo até 5.000 caracteres.

O limite máximo de caracteres considera os espaços e inclui texto e bibliografia; o resumo/*abstract* e as ilustrações (figuras e quadros) são considerados à parte.

Mais informações sobre a apresentação dos manuscritos devem ser consultadas em <http://www.unb.br/ih/dss>

As colaborações devem ser enviadas em arquivo formato Word for Windows, seguindo a configuração: fonte Times New Roman tamanho 12, papel tamanho A-4, espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, utilizando somente o *itálico* como recurso para destaque tipográfico.

Padronização bibliográfica

Citações: conforme a NBR-10520, de agosto de 2002, com especial atenção para:

- As citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor–data.
- Citação de até três linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- Citação de mais de três linhas: fora do corpo do texto, fonte 11, recuada para a linha do parágrafo, sem aspas

(ou qualquer outro destaque), espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto.

- Nome do autor da obra, para os dois casos acima:
 - 1º) no corpo do texto (grafia normal para nomes próprios). Exemplo: Segundo Mota (1997, p. 87), “O conhecimento acadêmico [...]”;
 - 2º) entre parênteses, em caixa alta. Exemplo: “O conhecimento acadêmico [...]” (MOTA, 1997, p. 87).

Referências: conforme a NBR 6023, de agosto de 2002, indicando-se somente os documentos efetivamente citados no trabalho.

Envio dos textos:

Pelo correio eletrônico: sersocial@unb.br

Pelo correio postal

Editora da revista SER Social

Professora Doutora Potyara A. Pereira e Pereira

Departamento de Serviço Social – Gleba A – ICC Centro – Mezanino – B1-432 – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília - DF – Brasil CEP: 70.910-900